



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Cultura, racismo e violência de estado: os desafios do debate na formação profissional

Rafaela de Souza Ribeiro¹

Resumo: O objetivo do trabalho é apresentar o debate acerca das ações violentas do Estado, tendo como panorama as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro com foco na chacina ocorrida no último dia 28 de outubro nos Complexos da Penha e do Alemão por agentes do Estado. A partir desse cenário pretendemos reafirmar o compromisso da categoria profissional com a defesa intransigente dos direitos humanos e da classe trabalhadora. O debate visa, ainda, reforçar as lutas expressas na agenda política do conjunto CFESS-CRESS, garantindo a consonância com os princípios do nosso Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: cultura, violência policial, Serviço Social, racismo, formação social.

Culture, racism, and state violence: the challenges of the debate in professional training

Abstract: The objective of this paper is to present the debate concerning the violent actions of the State, using as a backdrop the police operations in communities of Rio de Janeiro, focusing on the massacre that occurred on October 28th in the Penha and Alemão complexes by State agents. From this scenario, we intend to reaffirm the professional category's commitment to the unwavering defense of human rights and the working class. The debate also aims to reinforce the struggles expressed in the political agenda of the CFESS-CRESS group, ensuring consistency with the principles of our Professional Code of Ethics.

Keywords: culture; police violence; social work; racism; social formation.

1. Introdução

O presente trabalho é resultado de palestra realizada como membra da Comissão de Formação e trabalho profissional do CRESSRJ, gestão 2023-2026, em evento realizado pelo CRESSMG². A mesa teve como principal objetivo contribuir para a formação de assistentes sociais de base e conselheiras sobre atribuições privativas e desafios do trabalho e intervenção profissional em territórios atravessados pela violência urbana e policial.

¹ Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Professora do Departamento de Serviço Social da UNIRIO. Email: rafaela.s.ribeiro@unirio.br

² O evento foi realizado no dia 28 de Novembro de 2025 em formato remoto e contou com a participação de Conselheiras do CRESS Minas Gerais e profissionais de base. Teve como tema central: “A violência estatal e suas implicações para o Serviço Social”.

A exposição apresenta nesse sentido, debate inicial acerca da categoria cultura e a ideia de cultura da violência a partir de uma análise crítica-dialética em diálogo com autores marxistas no campo do materialismo cultural e de clássicos brasileiros como Clovis Moura e Lélia Gonzales, assim como as ideias de Frantz Fanon sobre cultura e racismo.

O caso recente do Rio de Janeiro, ocorrido em 28 de outubro de 2025 nos Complexos da Penha e do Alemão resultou em ataque frontal aos direitos sociais e humanos, assim nosso objetivo foi apresentar um panorama e reforçar as lutas expressas na agenda política do conjunto CFESS-CRESS, garantindo a consonância com os princípios do nosso Código de Ética Profissional e o debate de cultura e formação social.

2. Cultura, racismo e formação social

A ideia de cultura como modo de vida a partir de uma análise marxista da cultura, expressa imediatamente a as formas de organização de grupos e territórios, baseados em experiências comuns e adquiridas decorrentes do processo de formação social e socialização dos sujeitos envolvidos. Isso inclui, certamente o contato com experiências externas, “de fora”, absorvidas natural e/ou compulsoriamente.

A partir dos estudos clássicos do materialismo cultural, Williams³ (2011), destaca que a cultura nas sociedades modernas capitalistas está organizada em uma rede complexa de atividades, relações e instituições em que não cabe isolar o estudo e supor, por exemplo, uma leitura a partir do universo econômico e outra a partir do “espiritual” ou do lazer. A defesa do método crítico-dialético e da compreensão do que Williams chama de materialismo cultural, possibilita, nesse sentido, avançar nas análises para a compreensão da constituição “do subalterno” no interior da dinâmica societária e as formas espirituais de sua revolta, municiando ações práticas.

Sob a ótica do materialismo cultural Cevasco (2012) destaca que

não há nenhuma possibilidade de se chegar a uma cultura comum por meio da difusão e extensão dos valores de um grupo específico a todos os outros. Dada a sociedade que temos, esses valores seriam certamente os da classe dominante. A questão é dar condições para que todos sejam produtores de cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria (CEVASCO, 2012, p.54).

³ A contribuição de Williams dentro da tradição do tema cultura e sociedade é a de uni-las num outro nível no qual os significados e a importância dada às mais diversas elaborações humanas, são *cultura* na medida em que fazem parte do modogeral de vida e são elas mesmas que nos fazem entender essas elaborações.

Assim, a ideia de democracia para a criação de uma *cultura comum* a partir dessa apreensão, está diretamente vinculada à possibilidade de participação de todos na articulação de significados e valores para a tomada de decisões na realidade concreta. O que uma minoria pensa e atribui como valor dominante, não pode ser obstáculo à participação da maioria. Daí decorre a ideia de comunicação de massa, e do poder da comunicação quando manipulada pelas classes dominantes e pelo poder do Estado. É interessante observar o destaque para a relação entre os temas cultura e educação como forma de oferecer subsídios para a construção do que vem sendo chamando *cultura comum- trata-se de lutar por uma mudança estrutural*.

A ideia de uma cultura comum une, em uma forma específica de relacionamento social, ao mesmo tempo a ideia de crescimento natural e de seu cultivo. Só a primeira é um tipo de individualismo romântico; só a última é um tipo de treinamento autoritário. No entanto cada uma delas, em uma visão total, caracteriza uma ênfase necessária. A luta pela democracia é uma luta pelo reconhecimento da igualdade do ser, ou não é nada. No entanto só o reconhecimento da individualidade e variação humanas é que a realidade do governo comum pode ser incorporada. Enfatizamos o crescimento natural para indicar toda a energia potencial, e não as energias selecionadas que o modo autoritário acha conveniente mencionar. Ao mesmo tempo, no entanto, enfatizamos a realidade social, o cultivo. Qualquer cultura em seu processo total, é uma seleção, uma ênfase, um cultivo específico. A distinção de uma cultura em comum é que a seleção é livre e comumente feita e refeita. O cultivo é um processo comum, baseado em uma decisão comum, que então em si mesmo, compreende as verdadeiras variações da vida e do crescimento. O crescimento natural e o cultivo fazem parte de um processo mútuo, garantido pelo princípio fundamental da igualdade do ser (WILIAMS, 2011, p.360-361).

Autores como Clóvis moura, Lélia Gonzales, Franz Fanon entre outros autores negros e negros, nos ajudam a avançar nesse debate sobre cultura e as formas subjacentes da formação social. Fanon, por exemplo, exige reconhecer que a violência não é um "desvio" ou uma "falha" do sistema, mas seu mecanismo central de funcionamento, uma cultura perpetuada de estruturação e manutenção, herdada do processo colonial. Em obras como *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da Terra*, fornece ferramentas para analisar como essa violência é internalizada, culturalmente legitimada e utilizada para controle. Além de realizar análise acerca de como o impacto do “acultramento violento” se apresenta como naturalizado como herança colonial nos colonizados, expressando-se desde manifestações como a linguagem até formas de auto-representação.

Todo povo colonizado- isto é, todo o povo em cujo o seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tanto mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva (FANON, 1961, p.34).

Como parte da engrenagem da reprodução do modo de produção capitalista, a dinâmica da destruição é base da dominação imperialista e colonial. A produção da imagem do inimigo, fundamentada pela racialização dos corpos e subjetividades, encontra-se centralizada na figura do negro, pobre e favelado, que deve ser combatido e exterminado. Logo, o estado permanente de guerra ganha características particulares no Brasil, sendo justificado pela “Guerra às Drogas”, tornando-se o principal argumento para estabelecer a “pena de morte” aos “condenados da terra”.

Em países como o Brasil, ordenado o colonialismo, através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas reuniões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham a multidão de desamparados e “anônimos da história”. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos construíram, estruturaram e dinamizaram (Moura, 2020, p.94). O colonialismo negava às classes subalternizadas, escravizados sequestrados de África, seus descendentes e indígenas, a possibilidade de emancipação a partir de experiências herdadas de sua própria cultura, compreendidas assim, como cultura subalterna⁴. Dessa forma, o projeto de avanço civilizatório que estava posto, excluía essa camada social, assim como deixou marcas profundas para a possibilidade real de formação de intelectuais orgânicos às classes e grupamentos subalternizados que viriam se formar mais tarde. O que observamos é a negação histórica desses sujeitos, e uma identidade nacional vinculada à ideologia burguesa colonial da época. Como já destacamos, de acordo com Coutinho (2011), não houve no Brasil uma

⁴ Apenas a manutenção do poder através de revoluções passivas em golpes palacianos. Nossa estrutura social, com a abolição, com os primeiros indícios da “via prussiana”. no campo, começa a se tornar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista, ainda que continue atrasada e fortemente marcada por restos pré-capitalistas; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do País. Antes de mais nada, começa a surgir uma classe operária formada ainda essencialmente por artesãos; os primeiros esboços de industrialização, a grande imigração de finais do século passado, criam um bloco social contestatário, que põe em discussão de modo organizado (o que talvez ocorra no Brasil pela primeira vez) o modelo “prussiano”, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social até então dominante (Coutinho, 2011, p.24).

grande insurreição em nível nacional que levasse à cabo as submissões a Portugal e posteriormente Inglaterra.

A cultura brasileira, muitas vezes disfarçada pelo mito da "democracia racial", utiliza o racismo para desumanizar e manter a hierarquia colonial. Lélia Gonzales utiliza de conceitos da psicanálise em sua análise, e considera que o racismo é “a neurose cultural brasileira”. Lélia constrói críticas acerca do abandono nas análises de formação social, dialogando com Caio Prado Jr, acerca da imbricação entre classe e raça ao falar dos escravizados e gênero, para pensar a estrutura patriarcal no caso das escravizadas. De acordo com a autora, “o texto original do autor possui riqueza de sentido, na medida em que é uma expressão privilegiada do que chamamos de neurose cultural brasileira. Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios” (Gonzalez, 1984, p.231).

As violências produzidas pela colonização tornam-se parte de uma cultura que se forja como estrutural às formações sociais colonizadas, onde aparatos ideológicos se constroem moldando modos de vida subjacentes na superestrutura das sociedades, a partir do que se compreende como hegemônico ou dominante. “O colono e o colonizado conhecem-se há muito tempo. E, na realidade, tem razão o colono quando diz conhecê-los. Foi o colono que fez e continua fazendo o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial” (FANON, 1961).

A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável. Fanon (2018) destaca que,

estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo (FANON, 2018, p.79).

A ideia do autor destaca que o racismo como produto e herança cultural da colonização se torna uma engrenagem de dominação e passa por transformações sofisticando-se de acordo com as necessidades produzidas pelas elites dominantes.

Fanon (2018), destaca que há no senso comum uma crença de que o racismo é uma chaga da humanidade. Contudo, sublinha, que é preciso que não nos contentemos com essa frase, pois é preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade, seja nas artes, na literatura, na política, etc. Destaca as

funções da produção de uma cultura colonizada e nos desafia a analisar o fato de que o racismo obedece a uma lógica sem falhas. “Um país que vive, que tira a sua substância, da exploração de povos diferentes inferioriza estes povos. O racismo aplicado a estes povos é normal (FANON, 2018, p.87) ”.

3. A violência Estatal no caso do Rio de Janeiro

Frantz Fanon pensando a cultura, identifica na formação social de nações colonizadas- como é o caso do Brasil- a utilização da violência como instrumento de controle e destruição (Fanon, 1961; 2008). Além da produção de diversas formas de violência, há ainda a propagação de ideologias e enredos que fazem parte de um conjunto sofisticado de opressão, encabeçada, sobretudo pela grande mídia.

No caso do Rio de Janeiro, o panorama da chacina ocorrida no último dia 28 de outubro nos Complexos da Penha e do Alemão, de acordo com o portal G1⁵, foram mais de 121 mortes confirmadas.

Segundo o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF), O número de letalidades em uma única operação é a maior já registrada no estado fluminense em comparação com as últimas estatísticas:

- Operação no Alemão e na Penha - 64 mortos - 28/10/2025
- Operação no Jacarezinho - 28 mortos -05/2021
- Operação na Penha - 23 mortos - 05/2022
- Operação no Alemão - 19 mortos - 06/2007
- Operação no Alemão - 17 mortos - 07/2022

A disputa do projeto de sociedade impacta diretamente nas condições de vida, segurança, lazer, bem-estar e saúde mental da população. Portanto, o extermínio da população negra e favelada apenas fortalece os interesses econômicos, políticos, sociais e simbólicos da extrema direita.

As narrativas disseminadas pela grande mídia, ganham destaque pela quantidade de corpos contabilizados e uma reclamação estridente com apelo à segurança pública resultado do então, descaso do Estado quanto à proteção aos “cidadãos de bem”. Soma-se a isso, pronunciamentos de figuras da extrema direita e dos aparelhos privados de hegemonia vinculados a ela, como exemplo, no pronunciamento do deputado Nikolas Ferreira (PL/MG) analisado pelo portal *Esquerda on line*, à época do ocorrido que

⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-historico-da-cidade-do-rio.gh.html>

chamou a chacina fluminense de “a maior faxina já realizada na História do Rio”⁷, reafirmando com isso um discurso genocida e fascista de defesa e extermínio da população favelada.

O uso letal da força pelas polícias no Brasil é um dado extremamente preocupante. Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2023, no ano de 2022 houve 6.429 mortes por intervenção policial, o que representa 13,5% do total das Mortes Violentas Intencionais (MVI) no país. Em alguns estados como a Bahia e o Rio de Janeiro, esses índices alcançaram o patamar de 22,0% e 27,9% do total das MVI ocorridas. Os acontecimentos recentes nesses dois estados e no litoral Santista, em São Paulo, em que, em pouco mais de uma semana, as polícias mataram 51 pessoas, em eventos coletivos com fortes indícios de execução, acendem um alerta para uma situação intolerável em uma democracia funcional, onde vigore o Estado de Direito.

Outro elemento que tem conspirado contra uma queda maior dos homicídios no Brasil, de acordo com o *Atlas da Violência 2023*⁷, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é a guerra pelo controle do varejo de drogas em territórios das grandes cidades, que parece ter se acentuado com a pandemia, como o caso mais recente da guerra entre várias facções na Bahia tem mostrado. Ainda, na contramão da queda dos homicídios, o virtual aumento da violência contra mulheres nos últimos anos.

A produção de consensos a partir da ideia harmônica de igualdade e democracia, promovem um tribunal popular à revelia das estruturas sociais e econômicas em sociedades com altos índices de desigualdade.

A história das violências impostas às minorias no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro é de extrema complexidade e encontra suas raízes já no período colonial, na escravização de indígenas e negros, na manutenção da unidade territorial e na centralidade política da colônia e se transmuta e se mantém ao longo dos anos, se especializando no método ou na forma, na intensidade e na distribuição.

O crescimento das operações de combate ao tráfico de drogas, principalmente nas grandes cidades, foi e vem sendo utilizado como justificativa para as incursões nas comunidades carentes e por extensão nos lares e seus moradores em uma plena violação de direitos legal e humanos. Humilhação e coerção, pânico e medo elevados a sua mais

⁶ Reportagem do EOL- <https://esquerdaonline.com.br/2025/10/29/e-o-dia-seguinte-da-barbarie-quem-enterra-os-mortos/>

⁷ <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023>.

alta potência diante dos olhos arregalados das comunidades sitiadas, que mesmo na democracia estados de exceção são deflagrados durante as operações policiais, sem leis e direitos reconhecidos. Essas agressivas operações policiais têm sido de alta letalidade, causando um número significativo de mortes. Sabendo que toda morte é significativa. Essas operações têm por consequência afetado desproporcionalmente um maior número de jovens negros.

Considerações finais

No debate de formação e produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, a pesquisa científica comprometida e alinhada com os princípios do código de ética e do projeto ético e político profissional configura-se como um importante instrumento no processo de trabalho profissional para analisar a realidade, além de constituir-se como atribuição privativa.

As entidades da categoria, ao longo de sua trajetória vêm reafirmando o compromisso com as estratégias da classe trabalhadora em defesa da liberdade, da vida e dos direitos sociais e humanos. Tal compromisso exige que profissionais estejam, sobretudo, alinhados com um projeto de sociedade que contemple a plena expansão dos indivíduos sociais e sua emancipação enquanto sujeitos de direito com liberdade e autonomia. Para tanto, a exigência de formação e educação permanente é primordial a fim de possibilitar alinhamento com princípios e diretrizes firmados no PEP e produzir análises a partir de dados da realidade sobre os modos de vida das classes fundamentais e formas de produção e reprodução da vida social.

À época da chacina nos Complexos da Penha e do Alemão no Rio de Janeiro, o CRESS/RJ e o conjunto CFESS-CRESS, reafirmaram seu repúdio a ação genocida provocada por agentes de Estado, e reforçaram o compromisso da categoria das assistentes sociais com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Importante destacar, que no âmbito da garantia de direitos, o descumprimento de medidas legais, como a ADPF das favelas⁸ (instrumento jurídico que visa evitar ou reparar a lesão a um princípio fundamental da Constituição Federal causada por um ato

⁸ ADPF das Favelas" refere-se à **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635**, uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) que busca estabelecer regras para reduzir a letalidade policial em operações nas comunidades do Rio de Janeiro. A ação foi iniciada em 2019 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e resultou em medidas como a obrigatoriedade de câmeras corporais e a comunicação imediata de operações ao Ministério Público. (Fonte: [ADPF 635 - MPRJ](#))

do poder público) aparece como mais uma forma de violência praticada pelo Estado contra esses grupos mais vulnerabilizados. O que reforça nossa argumentação sobre a cultura da violência como expressão direta da formação social no capitalismo dependente e suas estruturas de poder. Nesse caso, destacamos as instituições como produtoras e reprodutoras de violência, demonstrando a complexidade desse fenômeno.

Ainda a partir dessa reflexão, para além da defesa da qualidade da formação e educação permanente, é de suma importância pensar os espaços sócio-ocupacionais como possíveis violadores de direitos humanos. Mas o que isso quer dizer? Como assistentes sociais, pesquisadoras do tema e formuladoras de políticas públicas, de que forma estamos contribuindo para reafirmar nosso compromisso ético-político com as classes e grupos subalternos? Não se trata de um debate travado no campo da moral. O destaque aqui é para as formas contemporâneas assumidas pelo capitalismo e suas estruturas e nossa atuação no interior das instituições produzidas por esse modelo, sejam instituições de formação, pesquisa ou de execução terminal de políticas.

Nesse sentido, o debate sobre o papel das instituições como violadoras de direitos humanos exige da categoria profissional compromisso com um projeto emancipatório, com os usuários dos serviços, e com outras categorias profissionais, assim como, pensar um novo projeto e uma nova cultura exige análise cuidadosa da reprodução da exploração e superexploração do trabalho, de relações de classe racializadas e generificadas.

É primordial compreendermos a necessidade social da profissão e sua função na reprodução social da vida, na reprodução espiritual. Tal desafio está posto e envolve também uma análise cuidadosa e crítica da cultura e dos modos de vida das classes fundamentais, como já afirmamos anteriormente. Como profissão interventiva, é urgente para o Serviço Social debruçar-se sobre essa dimensão a fim de contribuir com as diversas formas de mobilização social, mantendo alianças com segmentos organizados das classes subalternas e somando-se às lutas sociais pautadas em projetos emancipatórios, assim como, fortalecer espaços de debate e de produção de conhecimento críticos e capazes de se contrapor às velhas e novas expressões do conservadorismo e reacionarismo.

Referências

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson (1943-2012) - **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 4.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

FANON, Frantz. **Sobre Violência**. In. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1961.

FANON, Frantz. **Racismo e Cultura**. In: Revista Convergência crítica. Dossiê questão ambiental na atualidade. (Texto da intervenção de Frantz Fanon no I.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em Setembro de 1956. Publicado no número especial de Présence Africaine de Junho-Novembro de 1956). Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2024/06/12/fanon-a-violencia>

Gonzalez, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira** - In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil** - textos escolhidos de Clóvis Moura. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paul, Paz e Terra, 2011.